

ALGUMAS QUESTÕES RELATIVAS À DIALÉTICA ARISTOTÉLICA

*Marcio Chaves-Tannús**

RÉSUMÉ

Le premier objectif de ce travail est de sélectionner et de commenter des questions ponctuelles d'intérêt logique, retirées du chapitre initial du livre I des "Topiques". L'édition utilisée a été celle de "Les Belles Lettres" de *Jacques Brunschwig*. Le procédé adopté a été celui de partir toujours de l'extrait d'*Aristote*, où l'on peut trouver le problème, pour ensuite l'identifier et le commenter. On a envisagé surtout des préoccupations et des intérêts logiques. La formulation des questions traitées, ainsi que, les propositions de solution, sont partiellement originelles. Le but visé est de convaincre, par l'exemple, que la Logique est essentielle pour une compréhension plus exacte et plus différenciée du premier chapitre des "Topiques".

Entrée: Logique, Dialectique, Aristote.

RESUMO

O objetivo primeiro deste trabalho é selecionar e comentar questões pontuais, de interesse lógico, retiradas do capítulo inicial do livro I dos "Tópicos". A edição utilizada foi a da "Les Belles Lettres" de *Jacques Brunschwig*. O procedimento adotado foi o de partir sempre do trecho de *Aristóteles*, onde o problema abordado se localiza, para, a seguir, identificá-lo e comentá-lo. O enfoque foi ditado por preocupações e interesses predominantemente lógicos. A formulação das questões tratadas, assim como as propostas de solução, para elas elaboradas,

* Professor Adjunto no Departamento de Filosofia e Curso de Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia – UFU.

são, em parte, originais. A meta última visada foi convencer, pelo exemplo, que a Lógica é imprescindível para uma compreensão mais exata e mais diferenciada do primeiro capítulo dos "Tópicos".

Palavras-chaves: Lógica, Dialética, Aristóteles.

Introdução

O objetivo do atual trabalho é selecionar, no primeiro capítulo do livro I dos "Tópicos" de *Aristóteles*, algumas questões pontuais, tidas como particularmente interessantes para a lógica e para a sua história, e comentá-las. A edição que me servirá de base será a de *Jacques Brunschwig*, que, apesar de abarcar apenas os quatro primeiros de uma obra composta de oito livros, é hoje justamente considerada como a edição de referência do texto aristotélico em pauta. Os dados bibliográficos completos sobre essa edição poderão ser obtidos na lista de obras citadas ao final deste.

O procedimento a ser adotado será o de partir sempre do texto de *Aristóteles*, onde o problema a ser abordado se localiza, para, a seguir, identificá-lo e comentá-lo. Para tanto, será fornecido o trecho aristotélico em sua versão francesa, acompanhada de uma tradução para o português. Aqueles que, movidos por uma vontade de rigor, desejarem o acesso ao original grego, poderão consultá-lo na edição adotada. Para meus objetivos aqui, afastados de toda pretensão filológica, ou estritamente histórica, fornecer também o texto grego poderia significar apenas uma dificuldade a mais para a impressão e uma ajuda desnecessária ao leitor. Finalmente, embora a seqüência dos trechos citados deva obedecer à progressão linear da obra de *Aristóteles*, serão fornecidas apenas as passagens tidas como necessárias à identificação das questões a serem tratadas.

Devo acrescentar, ainda, que recorri a anotações redigidas para um curso de pós-graduação intitulado "Os 'Tópicos' de *Aristóteles* e o início da Lógica", que ofereci, juntamente com o Prof. *Walter Alexandre Carnielli*, no Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência (CLEHC) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), no segundo semestre do ano letivo de 2000, como parte das atividades

de “Pesquisador Associado”, a convite do atual e então diretor do CLEHC, Prof. *W.A. Carnielli*, do Departamento de Filosofia da citada universidade. Sendo assim, gostaria de aproveitar a oportunidade e agradecer a significativa contribuição, devida aos colegas e aos alunos que comigo participaram do referido curso.

1. Breve apresentação dos “Tópicos”

Uma curta apresentação preliminar dos “Tópicos”, voltada exclusivamente para os nossos objetivos e possivelmente desnecessária e redundante para o historiador da Filosofia, pareceu-me, contudo, pertinente, considerando-se que este trabalho se destina principalmente àqueles leitores que se interessam, sobretudo, por questões técnicas atinentes à Lógica. Questões que só podemos conceber como históricas no sentido de que, com frequência, são passíveis de uma localização cronológica e espacial precisa, mas que, como as análises ulteriores tentarão mostrar, não perderam uma parte considerável de seu interesse e atualidade do ponto de vista técnico.

Como provavelmente teremos oportunidade de verificar, a contextualização histórica e no interior da obra aristotélica é decisiva para permitir o entendimento e a identificação adequada dos problemas. O interesse e a atualidade deles, porém, podem permanecer e existir para além desses contextos particulares. Com efeito, eles existem, por exemplo, como pretendo poder evidenciar a seguir, para a Lógica atual, que surgiu e se desenvolve em contextos seguramente diversos daqueles.

Isso posto, antes de iniciar a apresentação propriamente dita, talvez seja útil insistir que, por razões de coerência com os objetivos anteriormente expostos e elucidados, não poderei me ocupar aqui com problemas de natureza estritamente histórica, ainda que de importância eventualmente conhecida. Um bom exemplo seria a questão da autoria da redação que nos chegou do livro I dos “Tópicos”, cujo conteúdo é, no fundamental, reconhecidamente aristotélico.

O texto dos “Tópicos” é tido atualmente como o mais antigo texto de Lógica que conhecemos. Acredita-se hoje que ele seja cronologicamente o primeiro de uma série de seis volumes, denominada

“*Organon*” (instrumento), em que foram reunidas as obras lógicas de *Aristóteles*. Ele repertoria e sistematiza, amplia e aperfeiçoa e, pela primeira vez na história da humanidade, fixa por escrito os conhecimentos lógicos até então existentes. Conhecimentos oriundos de uma longa tradição, de um trabalho persistente de estudiosos de várias gerações anteriores.

O objeto dos “Tópicos” é o que *Aristóteles* chama de “silogismo dialético”, um tipo de argumento que é diverso tanto do “silogismo indutivo”, quanto do “silogismo científico”. Sua particularidade é a de possibilitar a dedução a partir de premissas que expressam opiniões bem aceitas. Por esse motivo, suas conclusões são ditas “endoxais”, ou seja, relativas à opinião (doxa). Elas não são, portanto, nem prováveis, no mesmo sentido das indutivas (generalizações obtidas a partir de um número de ocorrências menor que o total considerado), nem “apodíticas” (necessárias) como as da “ciência”.

Os “Tópicos”, no entanto, não contêm, contrariando uma possível expectativa nessa direção, uma teoria aristotélica do silogismo dedutivo dialético. Nessa obra, o que *Aristóteles* visa é tão somente fornecer um método que permita identificar e, sobretudo, construir deduções dialéticas corretas. O resultado almejado é apenas o domínio e o aperfeiçoamento conscientes de técnicas de dedução já conhecidas, a aquisição de habilidades e de mestria na condução correta da arte de discutir, praticada então pelos filósofos gregos.

Concluindo esta apresentação, gostaria de recomendar, a título de complemento, a consulta à edição italiana dos “Tópicos” de *A. Zadro*. As informações bibliográficas a ela referentes poderão ser encontradas no final deste.

2. Trechos e comentários

2. 1. Nota Preliminar

Por motivos de ordem prática, a paginação adotada será a da versão francesa, diversa da numeração padronizada do texto grego. O significado das abreviaturas e do sinal usados é o que segue: “p.” significa página, “l.”, linha, a duplicação de uma dessas abreviaturas

indica o plural e um hífen entre dois números significa “de... até...”. Assim, a uma passagem que fosse da linha quatro à linha seis da página dez, corresponderia a seguinte notação: “p. 10, ll. 4-6”. Os títulos e subtítulos do texto francês serão traduzidos para o português e mantidos em seus lugares de origem.

2. 2. Livro I: Generalidades sobre o método dialético

2. 2. 1. Objeto próprio do tratado

p. 1, ll. 1-11:

“Le présente traité se propose de trouver une méthode qui nous rendra capables de raisonner déductivement, en prenant appui sur des idées admises, sur tous les sujets qui peuvent se présenter, comme aussi, lorsque nous aurons nous-mêmes à répondre d’une affirmation, de ne rien dire qui lui soit contraire. Il faut donc commencer par dire ce que c’est qu’un raisonnement déductif, et quelles en sont les variétés, pour faire comprendre la nature de la déduction dialectique; c’est en effet cette dernière qui est l’objet des recherches du traité qu’on se propose de composer.”

“O presente tratado propõe-se encontrar um método que nos torne capazes de, apoiando-nos em idéias admitidas, raciocinar dedutivamente sobre todos os temas que possam se apresentar, como também, quando tivermos nós mesmos que responder por uma afirmação, de nada falar que lhe seja contrário. É preciso, então, começar dizendo o que é um raciocínio dedutivo e quais são as suas variedades, para fazer compreender a natureza da dedução dialética; pois, com efeito, é essa última que é o objeto das investigações do tratado que se propõe compor.”

Comentário:

O primeiro parágrafo dos “Tópicos” desempenha uma função introdutória, e, como tal, decisiva para a compreensão do texto que

lhe segue. Nele são enunciados, além da natureza do texto (tratado), seu objetivo (encontrar um método), seu objeto (a dedução dialética) e o que denominarei o tema de abertura da obra (o raciocínio dedutivo e as suas variedades). Além disso, o autor identifica o seu objeto como um dos componentes do conjunto das variedades do raciocínio dedutivo e enumera as seguintes características próprias ao método que ele visa encontrar: (i) - tornar-nos capazes de raciocinar dedutivamente; (ii) - sobre todos os temas que se possam apresentar; (iii) - partindo de premissas que são idéias admitidas e (iv) - habilitemos a nada dizer de contrário a premissas anteriormente aceitas.

Basicamente, as três primeiras características dizem respeito ao papel a ser desempenhado, no confronto dialético, pelo perguntador e a última concerne, em primeira linha, ao respondedor (cf.: *Primavesi*, p. 31). Tais confrontos dialogados tinham início com a apresentação, pelo perguntador, de um problema, em forma de pergunta, admitindo duas, e apenas duas, respostas hipotéticas e contraditórias; uma afirmativa e a outra negativa. A réplica do respondedor, que deveria ser necessariamente o resultado da escolha de uma das duas alternativas e, ainda, expressar uma opinião admitida, tão logo articulada, transformava-se na tese a ser atacada por aquele que pergunta e defendida pelo que responde (cf.: *Brunschwig*, pp. XII-XXX).

Dessa maneira, no caso em que o perguntador perdesse a contenda, a conclusão do diálogo seria a tese assumida pelo respondedor no começo da disputa. Se o perguntador, porém, ganhasse, a conclusão seria a negação da tese inicial. Assim, a tarefa do perguntador era a de tentar conduzir aquele que responde a aceitar afirmações contraditórias à tese inicialmente aceita e a função do respondedor era a de tentar evitá-lo (cf.: *Brunschwig*, pp. XXIXs. e *Primavesi*, p. 39).

Uma vez terminada, a discussão era passível de ser reconstruída no formato de um único e extenso argumento, um "silogismo dialético". Bastaria, para tanto, seguir o caminho inverso daquele de fato percorrido, de modo tal que as afirmações aceitas no decorrer do debate desempenhassem o papel de premissas e a tese acordada no começo, ou a sua contraditória, fosse considerada a conclusão (cf.: *Primavesi*, pp. 77-81).

De acordo com *Brunschwig* (pp. XXIII^s.), os embates dialéticos eram um fato social corrente e institucionalizado na vida grega de então e assemelhavam-se a um jogo, uma prática esportiva rigorosamente regulamentada. Como teremos oportunidade de confirmar a seguir, uma das regras mais características desse “jogo” era a de que toda premissa deveria primeiro ser apresentada na forma de uma pergunta. Caberia, então, ao respondedor escolher, na seqüência, uma das duas alternativas de resposta possíveis e reciprocamente excludentes. Sua escolha, enunciada na forma de uma resposta afirmativa, ou negativa, deveria obrigatoriamente expressar uma opinião admitida e comporia, como uma de suas premissas, o “silogismo dialético” reconstruído (cf.: *Brunschwig*, pp. XXXVI^s. e *Primavesi*, pp. 34^s.).

O primeiro parágrafo dos “Tópicos” autoriza-nos, ainda, afirmar que o objetivo visado pelo autor nesse tratado é de caráter evidentemente prático. Ele não diz pretender construir e, conforme mencionado, não construirá uma teoria da dedução dialética (cf.: *Brunschwig*, p. XIII). O que ele deseja é apenas encontrar um método que nos possibilite a sua utilização ótima.

Finalmente, é digno de nota que *Aristóteles* nada diz sobre o significado do título que nos chegou de sua obra e, também, não pareça convencido da necessidade de mostrar ao leitor, ou ouvinte, a importância de seu objetivo e a relevância de seu objeto. Isso, creio eu, porque na época e no local em que o autor viveu tais providências eram, muito provavelmente, desnecessárias.

p. 1, ll. 12-17:

“Un raisonnement déductif est une formule d’argumentation dans laquelle, certaines choses étant posées, une chose distincte de celles qui ont été posées s’ensuit nécessairement, par la vertu même de ce qui a été posé.”

“Um raciocínio dedutivo é uma fórmula de argumentação na qual, certas coisas estando postas, segue-se necessariamente, em virtude mesmo daquilo que foi posto, uma coisa distinta daquelas que foram postas.”

Comentário:

As expressões "...certas coisas estando postas...", "... uma coisa distinta daquelas que foram postas" e "... raciocínio dedutivo..." significam respectivamente premissas, conclusão e argumento (silogismo) dedutivo (cf.: *Primavesi*, p. 71).

Como no debate dialético a conclusão é cronologicamente anterior às premissas (cf.: comentário à p.1, ll. 1-11), a expressão "... coisa distinta..." não pode ser entendida no sentido de cronologicamente posterior (cf.: *Primavesi*, pp. 76ss.). Tão pouco poder-se-ia entendê-la no sentido de contraditória às premissas, pois entre essas e a conclusão deve haver, segundo *Aristóteles*, uma relação de consequência necessária.

Aquilo que de fato determina se uma proposição "p" qualquer é premissa, ou conclusão, é a função por ela exercida no contexto de um argumento. Por princípio, nada impede, por exemplo, que "p" seja premissa em um argumento e conclusão em outro. Não há, com certeza, nenhuma propriedade interna, natural às proposições que nos permita classificá-las individualmente como premissa, ou como conclusão, de uma vez por todas e independentemente de sua função no âmbito de um argumento particular. Resumindo, creio ser possível afirmar que a diferença existente entre as premissas e a conclusão é de natureza exclusivamente funcional (cf.: *Mignucci*, pp. 189s.).

Se, porém, o critério de distinção entre as premissas e a conclusão for unicamente funcional e se não há contradição, mas apenas diferença no tocante ao exercício de ambas as funções, então possivelmente nada deveria obstar, de um ponto de vista estritamente lógico, que uma mesma proposição "p" qualquer desempenhe as duas funções no interior de um mesmo argumento. Como de fato, pois argumentos com pelo menos uma premissa idêntica à conclusão são necessariamente válidos.

Uma tal situação, contudo, jamais deverá ocorrer em um embate dialogado do tipo daqueles que ocupam *Aristóteles* nos "Tópicos". Isso porque, por um lado, a tese do respondedor não deverá ser proposta como premissa pelo perguntador, cuja função é contradizê-la. Por outro lado, o perguntador não deverá propor,

também, a contraditória da tese de seu adversário como premissa, pois o respondedor não poderia aceitá-la sem estar sendo ludibriado. Razão pela qual as regras da dialética vedam expressamente ao perguntador a prática desse expediente (cf.: *Primavesi*, p. 77).

p. 1, ll. 17-23:

“C’est une démonstration lorsque les points de départ de la déduction sont des affirmations vraies et premières, ou du moins des affirmations telles que la connaissance qu’on en a prend naissance par l’intermédiaire de certaines affirmations premières et vraies; c’est au contraire une déduction dialectique lorsqu’elle prend pour points de départ des idées admises.”

“É uma demonstração, quando os pontos de partida da dedução são afirmações verdadeiras e primeiras, ou pelo menos afirmações, tais que o conhecimento que se tem delas nasce por intermédio de certas afirmações primeiras e verdadeiras. É, ao contrário, uma dedução dialética, quando ela toma, como pontos de partida, idéias admitidas.”

Comentário:

Em um primeiro passo, o raciocínio dedutivo é dividido em dois tipos: a “demonstração” e a “dedução dialética”, sendo essa última, segundo *Aristóteles*, o objeto do presente tratado (cf.: texto, p.1, ll.1-11). A “demonstração” caracteriza-se pelo fato de que suas premissas são, ou “afirmações verdadeiras e primeiras” (os axiomas), ou obtidas (deduzidas) a partir de “afirmações primeiras e verdadeiras” (os teoremas). Já a “dedução dialética” toma, como premissas, “idéias admitidas” (cf.: *Brunschwig*, pp. XXXIVs.).

A diferença básica, portanto, entre a dedução científica ou “demonstração” e a “dedução dialética” é que a primeira tem como premissas proposições, cuja verdade é dada (no caso dos axiomas), ou garantida (no caso dos teoremas), antecipadamente, enquanto que

as premissas da segunda são opiniões aprovadas que podem, ou não, ser verdadeiras. Em ambas, no entanto, a conclusão é uma consequência necessária das premissas e não, como ocorre na indução, apenas provável. Na “demonstração” ela é uma verdade científica (um teorema), na “dedução dialética” ela é uma “idéia admitida” (cf.: *Brunschwig*, pp. XXXIVs.).

Na seqüência do texto, *Aristóteles* definirá o que são “afirmações primeiras e verdadeiras” e o que são “idéias admitidas”.

p. 1, ll. 23-28 e p. 2, ll. 1-6:

“Sont vraies et premières les affirmations qui emportent la conviction, non pour une raison extérieure à elles, mais par elles-mêmes (devant les premiers principes des connaissances, en effet, il n’est plus légitime de se poser encore la question de leur pourquoi: chacun d’eux, pris en lui-même, doit être totalement convaincant); sont de idées admises, en revanche, les opinions partagées par tous les hommes, ou par presque tous, ou par ceux qui représentent l’opinion éclairée, et pour ces derniers par tous, ou par presque tous, ou par les plus connus et les mieux admis comme autorités.”

“São verdadeiras e primeiras as afirmações que levam à convicção, não por uma razão exterior a elas, mas por elas mesmas. Com efeito, frente aos princípios primeiros dos conhecimentos, não é mais legítimo colocar-se, ainda, a questão de seu porquê. Cada um deles, considerado em si mesmo, deve ser totalmente convincente. São, por outro lado, idéias admitidas as opiniões compartilhadas por todos os homens, ou por quase todos, ou por aqueles que representam a opinião esclarecida e entre esses últimos por todos, ou por quase todos, ou pelos mais conhecidos e os melhor admitidos como autoridades.”

Comentário:

Para os gregos do período que nos ocupa, o estatuto epistemológico dos axiomas era substancialmente diverso do atual.

Para eles e para *Aristóteles* em particular, os axiomas não eram concebidos, conforme o fazemos hoje, enquanto proposições admitidas apenas hipoteticamente como verdadeiras. Na qualidade de princípios primeiros da ciência, eles eram tidos por verdades evidentes e inquestionáveis, um sólido e definitivo fundamento, sobre o qual poder-se-ia construir com segurança o edifício das ciências.

Nessas circunstâncias, não deverá surpreender que a possivelmente mais interessante e insistente pergunta suscitada por essa passagem dos “Tópicos” seja aquela relativa a uma eventual coincidência entre dois conjuntos precisos de proposições. Entre as “verdades primeiras” e as “opiniões compartilhadas por todos”. Se, por um lado, o trecho de *Aristóteles* parece estabelecer uma diferença, na medida em que as define, contrapondo-as reciprocamente, por outro lado, há passagens na obra posterior do estagirita, como em “Met.” B2, 996b 28, que aparentemente sugerem a identificação de ambas.

Na recepção crítica, atribui-se à mencionada pergunta uma importância especial, porque de sua resposta dependerá, em parte, a solução a ser dada ao problema crucial das relações entre a dialética e a ciência na obra aristotélica. No caso de uma resposta positiva, por exemplo, os axiomas teriam que ser considerados como um dos subconjuntos da classe das “idéias admitidas”. Os teoremas seriam tão “endoxais” como as conclusões da dialética. E o método da ciência seria, em pelo menos um ponto capital, idêntico àquele em uso nos debates dialogados, pois com ele poderíamos obter, tão só, por via dedutiva, a “demonstração” de uma “idéia admitida” (a conclusão/teorema) com base em outras “idéias admitidas” (as premissas/axiomas e/ou teoremas). A consequência mais próxima de um tal resultado seria tornar absurda e incompreensível a diferença fixada por *Aristóteles* na frase imediatamente anterior entre “dedução dialética” e “demonstração”.

Entretanto, se observarmos atentamente a letra do texto aristotélico, poderemos verificar que, para o autor, os axiomas, e apenas eles, são intrínseca e objetivamente verdadeiros (cf.: *Brunschwig*, p. XXXIV e *Primavesi*, pp. 53-57). Assim, parece-me que a parte que toca à opinião, no que se refere à verdade dos axiomas, limita-se à confirmação irrestrita de sua inquestionável e definitiva evidência.

Na seqüência do texto, *Aristóteles* introduzirá o terceiro tipo de argumento dedutivo, a “dedução erística”.

p. 2, ll. 6-11:

“Mais c’est une déduction éristique que celle qui prend pour points de départ des idées qui se présentent comme des idées admises, sans en être réellement, de même que celle qui, partant d’idées admises ou se présentant comme telles, se présente comme une déduction sans en être une.”

“Mas é uma dedução erística aquela que toma como pontos de partida idéias que se apresentam como idéias admitidas, sem o ser realmente, ou ainda, aquela que, partindo de idéias admitidas, ou apresentando-se como tais, apresenta-se como uma dedução sem o ser.”

Comentário:

Nessa passagem, *Aristóteles* descreve dois tipos de argumentos, ambos denominados “dedução erística”. O primeiro é o que poderíamos chamar de “dedução supostamente dialética”, ao passo que o segundo deveria, de preferência, receber o nome de “suposta dedução”. Eles são ditos “erísticos” porque, cada um deles, se caracteriza por uma manobra diversa de simulação e engano.

Todos dois partem de premissas que se apresentam como ‘idéias admitidas’. O que os distingue inicialmente é que as premissas do primeiro não são aquilo que elas apresentam ser, enquanto que as do segundo podem sê-lo, embora não o sejam necessariamente. A outra diferença é a que nos permitirá identificar a referida “suposta dedução” de maneira segura e definitiva como “erística”, pois, ao contrário de seu antecessor, esse tipo de argumento não é uma dedução, ele apenas se apresenta como tal.

A seguir, após uma curta explanação, que será omitida aqui, *Aristóteles* deverá confirmar, no fundamental, a interpretação que acabo de expor.

p. 2, ll. 19-24:

“De deux formes ainsi distinguées, on peut designer la première comme une déduction éristique et comme une déduction, et la seconde comme une déduction éristique, mais non comme une déduction, puisqu’elle se présente comme une déduction sans en être véritablement une.”

“Das duas formas assim distinguidas, pode-se designar a primeira como uma dedução erística e como uma dedução e a segunda como uma dedução erística, mas não como uma dedução, visto que ela se apresenta como uma dedução sem ser verdadeiramente uma.”

Comentário:

Relativamente ao primeiro dos dois tipos de “dedução erística” a que se refere *Aristóteles*, aquele cujas premissas se apresentam como “idéias admitidas”, sem sê-lo, poder-se-ia questionar se seria viável considerar como uma “dedução erística” uma “demonstração”, ou “dedução científica”, cujas premissas se apresentassem como “idéias admitidas”. Pessoalmente acredito que não, pois o que *Aristóteles* visivelmente pretende, no trecho em questão, é fornecer um terceiro tipo de argumento dedutivo, diverso tanto da “demonstração”, como da “dedução dialética”. Além disso, parece-me despropositado tentar fazer passar uma “demonstração” por uma “dedução dialética”, uma vez que o grau máximo de certeza e segurança argumentativas, inerente às “demonstrações”, jamais poderá ser alcançado por um argumento dialético. A essas considerações, devemos acrescentar que *Aristóteles* não menciona a viabilidade, ainda que estritamente técnica, do uso de uma “demonstração” como argumento “erístico”. Isso, mesmo levando em conta a relevância de uma tal menção para complementar e precisar a sua classificação dos argumentos dedutivos, caso essa possibilidade de uso de fato existisse. A razão decisiva, contudo, aquela que impossibilita de maneira definitiva a identificação de uma “demonstração” com uma “dedução erística” é que a opinião deverá inevitavelmente admitir tanto a verdade intrínseca dos axiomas

(cf.: comentário à p. 1, ll. 23-28 e p. 2, ll. 1-6), como a verdade necessária dos teoremas (cf.: p. 1, ll. 17-23). Não há desse modo um único motivo plausível para e, sobretudo, não há como simular somente que as premissas de uma “demonstração” sejam admitidas, ou venham a ser aprovadas pela opinião.

Quanto ao segundo tipo de argumento “erístico”, aquele cujo “subterfúgio” (cf.: texto, p. 2, l. 17) é apresentar-se como uma “dedução”, ainda que não o seja, o mais provável é que *Aristóteles*, ao descrevê-lo, tenha tido em mente argumentos pretensamente dedutivos, porém incorretos. Argumentos apresentando premissas que não fornecem um fundamento suficiente à admissão necessária da conclusão. Entretanto, não se pode descartar completamente a possibilidade de que o autor se refira, talvez também, a argumentos de natureza outra que não uma dedução. Como de fato, nos dois casos, e apenas nos dois, não se pode, a rigor, falar em “dedução”, já que em ambos, e apenas neles, a conclusão não pode ser deduzida das premissas.

p. 2, ll. 25-29:

“A toutes les variétés de raisonnements déductifs que nous venons d’indiquer, il faut ajouter les paralogismes, qui s’enracinent dans les conditions propres à certaines sciences, comme il arrive qu’on voie en géométrie et dans les disciplines de la même famille.”

“A todas as variedades de raciocínios dedutivos que acabamos de indicar é necessário acrescentar os paralogismos, que se enraízam nas condições próprias a certas ciências, como ocorre que se veja na geometria e nas disciplinas da mesma família.”

Comentário:

Trata-se do quarto tipo de raciocínio dedutivo, o “paralogismo”. Na seqüência, *Aristóteles* discorrerá sobre as diferenças que o separam tanto da “demonstração”, quanto da “dedução dialética”. Contudo,

devido ao caráter em parte controverso (cf.: *Dorion*, p. 281, nota 163), em parte repetitivo do texto aristotélico, mantereí dele apenas o que considero indispensável.

p. 2, ll. 29-31 e p. 3, ll. 2-4:

“Ce mode de raisonnement semble bien distinct, en effet, de ceux qui ont été déjà mentionnés...”

“... c’est en prenant appui sur des assomptions qui sont propres à la science considérée, tout en étant fausses, qu’il effectue sa déduction.”

“Esse modo de raciocinar parece, com efeito, bem distinto daqueles que já foram mencionados...”

“... é tomando apoio sobre assunções que são próprias à ciência considerada, sendo porém falsas, que ele efetua sua dedução.”

Comentário:

Com base na última, bem como na antepenúltima, das passagens de *Aristóteles* transcritas, pode-se afirmar que são duas as características específicas de um “paralogismo”: suas premissas são falsas e próprias a uma ciência particular; como a geometria, por exemplo. Ora, se elas são falsas, então não podem ser axiomas, que são sempre verdadeiros, nem tão pouco “idéias admitidas”, que, além de poder ser verdadeiras, não são próprias a uma ciência particular (cf.: texto, p. 2, ll. 31-33). Resultado que reforça a declaração do autor, no penúltimo dos trechos citados, segundo a qual os “paralogismos” seriam uma variedade nova de raciocínio dedutivo.

Como teremos oportunidade de verificar, as próximas linhas do texto aristotélico, de uma certa forma, ilustram e indiretamente confirmam a singularidade dos “paralogismos”, relativamente aos três outros modelos de dedução. Mas elas também confirmam que o conceito de “paralogismo”, tal como aqui exposto pelo estagirita, não tem, e não poderia ter, o significado posterior de “argumento

incorreto”, visto que, como se sabe, é possível, partindo de premissas falsas, raciocinar corretamente.

p. 3, ll. 4-7:

“De fait, c’est en traçant des demicercles autrement qu’il n’est permis, ou en tirant certaines lignes autrement qui elles ne devraient être tirées, qu’il se donne le moyen de commetre son paralogisme.”

“De fato, é traçando semi-círculos de forma diversa do que é permitido, ou traçando certas linhas diferentemente do que deveriam ser traçadas, que ele se dá o meio de cometer seu paralogismo.”

Comentário:

Com os “paralogismos” termina a lista dos tipos de argumentos dedutivos. Sobre ela e sobre os critérios classificatórios que a orientam, serão feitas, em acréscimo aos comentários precedentes, algumas observações de natureza geral.

Aristóteles muito provavelmente conhecia a diferença, elaborada no âmbito da sintaxe lógica e hoje tida por trivial, entre argumentos formalmente bem construídos, ou corretos, e argumentos formalmente errôneos, ou incorretos. Tanto é verossímil que ele a conhecia e implicitamente utilizava que não excluiu de sua classificação dos argumentos dedutivos, nem o tipo de “dedução erística”, que é de fato uma dedução e, portanto, formalmente correta, nem os “paralogismos”, que, conforme vimos no final do comentário anterior, podem eventualmente ser corretos.

Ambos, no entanto, são claramente tratados e descritos como formas de argumentação a ser evitadas. Utilizando-nos de termos e conceitos atuais, poderíamos tentar explicá-lo dizendo que a espécie de “dedução erística” considerada deveria ser evitada por motivos de ordem lógico-pragmática. Motivos referentes ao uso inadequado, uma vez que as premissas são erroneamente apresentadas como sendo “idéias admitidas” e, assim, como detentoras de uma autoridade que

elas na realidade não têm. Já os “paralogismos” deveriam ser evitados por razões de caráter lógico-semântico, porque, partindo de premissas falsas, ainda que argumentando corretamente, não há como garantir a verdade da conclusão.

No parágrafo subsequente, que encerra o primeiro capítulo do livro I, *Aristóteles* lembrar-nos-á que nos “Tópicos” ele não busca exatidão e exaustividade ao abordar seus objetos.

p. 3, ll. 8-19:

“Telles sont donc, pour parler sommairement, les diverses formes de raisonnements déductifs. Notons que d’une manière générale, pour toutes les distinctions qui ont été faites comme pour celles qui le seront par la suite, tel sera le niveau de détermination auquel nous nous arrêterons, notre dessein n’étant pas de donner de chacun des objets de ces distinctions une expression rigoureusement exacte; nous voulons simplement les présenter de façon sommaire, estimant qu’il suffit largement, compte tenu du caractère que nous entendons donner à la présente méthode, que l’on puisse d’une manière ou d’une autre, reconnaître chacun d’eux.”

“Tais são pois, para falar sumariamente, as diversas formas de raciocínios dedutivos. Notemos que de uma maneira geral, para todas as distinções que foram feitas, como para aquelas que o serão em seguida, tal será o nível de determinação ao qual nos deteremos. Nosso propósito não sendo o de dar de cada um dos objetos dessas distinções uma expressão rigorosamente exata, nós queremos simplesmente apresentá-los de modo sumário, estimando ser largamente suficiente, levando em conta o caráter que entendemos dar ao presente método, que se possa, de uma maneira ou de outra, reconhecer cada um deles.”
Comentário:

Até agora, o autor enumerou propósitos (internos ao tratado), delimitou o objeto e esclareceu a natureza do texto que o leitor terá pela frente. No segundo capítulo ele discorrerá sobre a sua utilidade. Após a leitura do terceiro capítulo, onde será exposto o “fim a ser atingido” (através do tratado), o leitor deverá saber exatamente o que

pode esperar da obra que tem diante de si. Com isso, *Aristóteles* estabeleceu o alcance, mas determinou, também, os limites de seu texto, fornecendo ao leitor atento uma orientação segura, necessária a uma recepção adequada do trabalho e evitando, tanto quanto possível, expectativas deslocadas e observações críticas fora de propósito. Conjunto de procedimentos que mereceram e merecem ser adotados e constituir tradição.

3. Conclusão

São três os componentes básicos das questões que me ocuparam neste trabalho: (i) – os problemas mais tradicionais e conhecidos da recepção crítica; (ii) – aqueles menos tradicionais e menos conhecidos que os anteriores, e, por último; (iii) – os que ainda não haviam sido formulados. Minhas questões combinaram, quase sempre, os três ingredientes em quantidade e dosagem variáveis.

Em um contexto como o descrito acima, as propostas de solução avançadas não poderiam deixar de ser originais, ou, pelo menos, assinaladas por marcas que indicam a presença de traços de originalidade. O enfoque, orientado por preocupações e interesses predominantemente lógicos, bem como o método adotado e exposto no princípio do trabalho, são seguramente co-responsáveis pela natureza singular dos resultados obtidos.

No momento de encerrar, considero que estarei plenamente satisfeito com meu trabalho, se tiver conseguido convencer, pelo exemplo, que a Lógica é imprescindível a uma compreensão mais precisa e diferenciada do capítulo introdutório dos “Tópicos”.

5. Referências bibliográficas.

ARISTOTE: *La Métaphysique*: 2 vols. Paris: J. Vrin, 1974. (Par J. Tricot).

ARISTOTELE: *Metafisica*: 3 vols. Milano: Vita e Pensiero, 1995. (A cura di G. Reale).

ARISTOTE: *Topiques* (livres I-IV), Paris: Les Belles Lettres, 1967. (Par J. Brunschwig).

ARISTOTELE: *I Topici*, Napoli: L. Loffredo, 1974. (A cura di A. Zadro).

BRUNSCHWIG, J. Introduction. In: ARISTOTE: *Topiques* (livres I-IV), Paris: Les Belles Lettres, 1967, pp.VII-CXLIII.

DORION, L.-A. Commentaire. In: ARISTOTE: *Les Réfutations sophistiques*, Paris: J. Vrin, 1995, pp. 205-419.

MIGNUCCI, M. Note ad A, 1. In: ARISTOTELE: *Gli analitici primi*, Napoli: L. Loffredo, 1969, pp. 181-192.

PRIMAVESI, O. *Die Aristotelische Topik*, München: C. H. Beck, 1996.